

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1058/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá nos dias 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1059/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá nos dias 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1060/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo de 25.3 a 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 954/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 8 a 22.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002027-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1061/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante em 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1062/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista, no julgamento dos Autos nº 0000462-55.2011.8.12.0003, em 8.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 917/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002039-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1063/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista no julgamento dos Autos nº 0000370-28.2021.8.12.0003, em 11.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 905/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 21 (vinte e um) dias de folga compensatória, sendo 9 (nove) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 12 (doze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 15.4 a 5.5.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002036-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1067/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 13 a 22.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1069/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 673/2024-PGJ, de 20.2.2024.

MEMBRO	DATA
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	4 e 5.3.2024
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	6 a 8.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1070/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Três Lagoas, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	4 e 5.3.2024
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	6 a 8.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 910/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça José Aparecido Rigato 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 1º a 30.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002032-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 923/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 18 (dezoito) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 12 (doze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002023-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1071/2024-PGJ, DE 8.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, conforme segue.

MEMBRO	DATA
Moisés Casarotto	6 a 8.3.2024
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	11 a 18.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1072/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Três Lagoas de 7 a 18.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1073/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste em 22.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1074/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 40ª Zona Eleitoral em 22.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 907/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 11 (onze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 11.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001988-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1075/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande em 29.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1076/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas em 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 953/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 23.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001987-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1079/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a Kerman Murad de Souza, na qualidade de filho inválido do falecido Promotor de Justiça Arquimedes de Souza Menezes, pensão por morte a partir de 28.8.2023, nos termos dos artigos 13, inciso II, 44-A, *caput* e parágrafos, e 50-A, § 1º, inciso IV, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020, com reajuste do benefício na forma prevista no artigo 77 da Lei nº 3.150/2005, com redação dada pela Lei Complementar nº 274/2020 (PGA nº 09.2023.00009893-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1077/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Bela Vista de 25.3 a 20.4.2024, em razão de afastamento da a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 951/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 18.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001957-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1080/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Leonardo Santos da Costa para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, na 23ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1031/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 55/2024-PGJ, de 9.1.2024, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais administrativos do Contrato nº 77/PGJ/2023, de forma que, onde consta: “2) Fiscal Administrativo – Diogo Banzer da Motta, Diretor da Secretaria do CI; 2.1) Suplente – Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, Técnica II”, passe a constar: “2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais” (PGA nº 09.2023.00011869-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1037/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2023.00013205-3, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Paulo Roberto da Silva, Técnico I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-296/2024/PGJ, DE 11.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994., conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	5	20 a 24.5.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-305/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994., conforme se

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	5	11 a 15.3.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-306/2024 - PGJ, DE 12.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza 13 (treze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 18.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-307/2024 - PGJ, DE 12.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Isabelle Albuquerque Dos Santos Rizzo 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 22.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-309/2024 - PGJ, DE 12.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 4.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 1084/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 4 a 13.3.2024, em razão de afastamento da servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 1085/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Elaboração de Documentos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos em 8.3.2024, em razão de afastamento da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 1086/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 4 a 7.3.2024, em razão de afastamento da servidora Rebeca Izepi Silva Monteiro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 1087/2024-PGJ, DE 11.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Apoio Administrativo 1 em 8.3.2024, em razão de afastamento do titular, Caio Ferreira Campos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 823/2024-PGJ, DE 28.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias remanescentes à servidora Vivian Severino da Silva Ribeiro, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídas de 6 a 8.3.2024 e de 25 a 27.3.2024, nos termos dos artigos 1º e 6º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 847/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra por meio da Portaria nº 91/2023-PGJ, de 11.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 6033/2023-PGJ, de 8.11.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.2.2024, a serem usufruídas de 12 a 21.8.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 848/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Aline Reginaldo de Souza por meio da Portaria nº e-1696/2023-PGJ, de 18.12.2023, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.2.2024”, passe a constar: “de 1º a 10.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 855/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira por meio da Portaria nº e-853/2023-PGJ, de 17.7.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.2.2024, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 857/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender 5 (cinco) dias das férias concedidas ao servidor Hermes Alencar de Lima por meio da Portaria nº e-847/2023-PGJ, de 13.7.2023, que seriam usufruídos de 18 a 22.3.2024, a serem usufruídos de 2 a 6.4.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 861/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.2.2024, as férias do servidor Gabriel Manvailer Zainko concedidas por meio da Portaria nº e-142/2023-PGJ, de 1º.2.2023, com redação dada pela Portaria nº e-976/2023-PGJ, de 23.8.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 1º a 9.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 870/2024-PGJ, DE 29.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França por meio da Portaria nº e-77/2024-PGJ, de 29.1.2024, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.5.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 875/2024-PGJ, DE 1º.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Gabriela Rankel Ferreira por meio da Portaria nº e-1021/2023-PGJ, de 11.9.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “de 13 a 22.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1016/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Karla Karoline Assumpção Cavalcante por meio da Portaria nº e-1009/2023-PGJ, de 6.9.2023, com redação dada pela Portaria nº 564/2024-PGJ, de 9.2.2024, de forma que, onde consta: “de 4 a 9.3.2024”, passe a constar: “de 20 a 25.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1019/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Magno Fernando Carbonaro Souza por meio da Portaria nº e-763/2023-PGJ, de 26.6.2023, de forma que, onde consta: “de 5 a 14.8.2024”, passe a constar: “de 18 a 27.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1028/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Camila Teixeira Silva por meio da Portaria nº e-1022/2023-PGJ, de 11.9.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1722/2023-PGJ, de 19.12.2023, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.3.2024”, passe a constar: “de 6 a 15.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1038/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim por meio da Portaria nº e-1420/2023-PGJ, de 10.11.2023, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.4.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1055/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis por meio da Portaria nº e-913/2023-PGJ, de 2.8.2023, com redação dada pela Portaria nº 396/2024-PGJ, de 2.2.2024, de forma que, onde consta: “de 25 a 27.3.2024”, passe a constar: “de 18 a 20.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1056/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Tamires Aparecida Nascimento Firigato Fochi por meio da Portaria nº 5405/2023-PGJ, de 3.10.2023, com redação dada pela Portaria nº 5994/2023-PGJ, de 7.11.2023, que seriam usufruídas de 25 a 27.3.2024 e de 3 a 12.6.2024, a serem usufruídas de 21 a 23.8.2024 e de 5 a 14.11.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-297/2024/PJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Luciano Mota Serrano, ocupante do cargo de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-298/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 16.2 a 14.6.2024, nos termos do artigo 147 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 18, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e pelo artigo 95 do Decreto Federal nº 3.668, de 22 de novembro de 2000 e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 15.6 a 13.8.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009, nos termos do artigo 130, §2 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-299/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 4.3.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-300/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Gabriel Damiao Amaral Silveira, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 28 e 29.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-301/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Manoel Rodrigues Dos Santos Neto, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 16.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-302/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Manoel Rodrigues Dos Santos Neto, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos 14 e 15.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-303/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 23.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-304/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 22.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-310/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Zilia Franco Godoy, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-311/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, ocupante do cargo de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 3.3 a 30.6.2024, nos termos do artigo 147 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 18, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e pelo artigo 95 do Decreto Federal nº 3.668, de 22 de novembro de 2000 e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 1.7 a 29.8.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009- PGJ, de 14 de janeiro de 2009, nos termos do artigo 130, §2 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-312/2024/PGJ, DE 12.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, por meio da Portaria nº e-1027/2023-PGJ, de 11.9.2023, que seriam usufruídas no período de 1 a 10.4.2024, a serem usufruídas no período de 30.8 a 8.9.2024, em razão de licença-maternidade, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 025/2024-GED****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA a residente jurídica** aprovada no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

A candidata convocada deverá enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) **que manifestar o interesse** na residência deverá apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia 20 de março de 2024, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA).**

**1.CANDIDATA CONVOCADA– DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA****1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MIRELA RODRIGUES DOS SANTOS	32	4*

\*Candidatos negros

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Autodeclaração de raça ou cor
<b>Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);</b>



**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 12 de março de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

### AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

#### PREGÃO N° 03/PGJ/2023 - ELETRÔNICO

#### PROCESSO N° 09.2023.00010419-0

#### UASG 453860

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados que na licitação **Pregão n° 03/PGJ/2023 - Eletrônico** (Processo n° 09.2023.00010419-0), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante EBA OFFICE COMERCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA., foi conhecido e, no mérito, teve seu **provimento negado**.

Campo Grande, 12 de março de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 10/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2024.00002227-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no poder de polícia administrativa, no que tange à regularidade jurídico-ambiental das atividades do empreendimento denominado "Espaço de Festa Tio Lando", diante da reclamação de poluição sonora.

Campo Grande, 12 de Fevereiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0023/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2024.00037885-9 em que constam como investigado Celio Aparecido e vítima Geovana Camargo da Silva conforme se transcreve: “pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”

Campo Grande/MS, 12 de março de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0022/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2024.00032035-5 em que constam como investigado Sidnei Da Silva Barbosae vítima Viviana Aparecida Oliveira conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 11 de março de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**ANASTÁCIO**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900047-40.2024.8.12.0052 ao investigado Rodrigo Lemes da Silva<sup>2</sup>, conforme se transcreve: "Ante o exposto, diante da inexpressividade da lesão jurídica provocada, que afasta a tipicidade material da conduta praticada pelo investigado, não vislumbrando justa causa para a propositura de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial".

Anastácio, 11 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900257-28.2023.8.12.0052 ao investigado Alexandre Santos Martins<sup>4</sup>, conforme se transcreve: "Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial".

Anastácio-MS, 05 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

---

1 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

3 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



---

**ANAUROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0002/2024/PJ/AID**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro - CEP: 79770-000, Anaurilândia/MS - Telefone: (67) 2020-9313.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000835-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: MAJ – Administração e participação S/C LTDA

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental dos danos constatados em 11,6 hectares de Área de Preservação Permanente, bem como da construção da barragem de concreto e do canal de desvio do córrego Jararaca, na Fazenda Santa Maria, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 22829."

Anaurilândia, 12 de fevereiro de 2024.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

---

**BONITO**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, nos termos do disposto no artigo 5º da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0001100-42.2013.8.12.0028 (08.2018.00013627-7), em que consta como vítima Jose Geraldo Bueno, conforme se transcreve: "Diante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Inquérito Policial, requerendo, para tanto, sua homologação, com supedâneo no artigo 28 do Código de Processo Penal, ressalvada a dicção do artigo 18, do mesmo codex, ressalvado, o disposto na súmula 524 do Supremo Tribunal Federal ("ARQUIVADO O INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO PODE A AÇÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS").

Finalidade: A cientificação dos familiares de Jose Geraldo Bueno, uma vez que não mantiveram atualizado os endereços informados no Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

01 de março de 2024

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça





---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL 0007/2024/05PJ/CBA****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do PIC nº 06.2021.00000741-6, em que constam como investigado G. A. de A. conforme se transcreve: “(Desta feita, tendo em vista a inexistência de fundamento para a propositura de ação penal pública quanto aos fatos narrados no presente Procedimento Investigatório Criminal, o seu arquivamento é medida que se impõe.)”.

Corumbá/MS, 06 de março de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça

**EDITAL 0008/2024/05PJ/CBA****AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000193-4**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2024.00000193-4, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Maria de Fátima de Oliveira Bueno

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar se a contratação pelo Município de Corumbá de empréstimo com a Caixa Econômica Federal no valor de até R\$ 64.000.000,00 no âmbito do Programa FINISA, com garantia da União ou do FPM, objeto da Mensagem 09/2024 encaminhada pelo Prefeito à Câmara Municipal, está de acordo com as normas orçamentárias e atende ao interesse público.

Corumbá/MS, 08 de março de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça

---

**MARACAJU**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Valdemir Pinto Ledesma, da decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos n. 08.2024.00025712-3, em que constam como investigado Valdemir Pinto Ledesma, e vítima Elizabeth Novais, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, por meio de seu Promotor de Justiça infra-assinado, promove o arquivamento do inquérito policial, sem prejuízo, contudo, do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal caso novas provas surjam posteriormente."

Maracaju-MS, 11 de março de 2024.

DANIEL PÍVARO STADNIKY  
Promotor de Justiça

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL Nº0001/2024/01PJ/NVR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000024-6/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Naviraí MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na gestão do aterro sanitário de Naviraí, notadamente, no que tange à conclusão/finalização da infraestrutura necessária para o correto funcionamento do aterro e à disposição final adequada e integral dos resíduos sólidos produzidos no município.

Naviraí, 11 de março de 2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº0002/2024/01PJ/NVR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000025-7/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cláudia Mara de Araújo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado "Chácara São Mateus", localizado na área urbana do município de Naviraí, em razão da constatação de ausência de vegetação e existência de processo erosivo em área de preservação permanente do curso hídrico "Córrego do Touro".

Naviraí, 11 de março de 2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça



---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL N° 0011/2024/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2024.00000179-0

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Apurar denúncia de precariedade das condições de trafegabilidade das estradas vicinais rurais que ligam a Colônia Bálsamo, Nova Colônia e Fazendas Canindé e Rancho da Lua ao município de Nioaque, bem como da ponte existente.

Nioaque, 11 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

---

**RIO BRILHANTE**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos N. 0900160-90.2024.8.12.0020, em que constam como investigado CLÁUDIO PEREIRA VALENÇA e vítima O ESTADO, conforme se transcreve: “Diante do exposto, considerando que os elementos coligidos no presente procedimento são insuficientes para dar sustentação a formação da *opinio delicti*, aliado à aplicação do princípio da insignificância, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente Inquérito Policial, nos termos do artigo 28, do Código de Processo Penal.”.

Rio Brilhante, em 12 de março de 2024.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

<sup>5</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**SIDROLÂNDIA****EDITAL N° 004/2024/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, n° 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil n° 06.2024.00000230-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Município de Sidrolândia/MS e Hospital Evangélico de Campo Grande/MS (Assistência Social e Cultural Evangélica – ASSISTE).

Assunto: "Apurar eventual desconformidade na prestação de serviços de saúde entabulada entre os requeridos por meio do Termo de Colaboração n.º 13/2023".

Sidrolândia/MS, 12 de março de 2024.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

**SONORA****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Sonora da comarca de Sonora, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n° 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos SAJTJ n° 0800027-66.2023.8.12.0055 e SAJMP n° 08.2023.00012567-4, em que constam como investigado A Apurar<sup>7</sup> e vítima Cicera Donizete da Silva, conforme se transcreve: “Dessarte, esgotadas as diligências e diante da ausência de elementos seguros suficientes a ensejar o oferecimento de denúncia, o arquivamento é medida que se impõe. Ante o exposto, à luz dos argumentos dispensados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul requer o arquivamento do presente inquérito policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

1ª Promotoria de Justiça de Sonora, 08 de março de 2024.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Sonora da comarca de Sonora, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos SAJTJ nº 0801096-36.2023.8.12.0055 e SAJMP nº 08.2023.00203982-0, em que constam como investigado Júnior Carvalho da Silva<sup>9</sup> e vítima Lourival Nonato da Silva, conforme se transcreve: “Dessarte, esgotadas as diligências e diante da ausência de elementos seguros suficientes a ensejar o oferecimento de denúncia, o arquivamento é medida que se impõe. Ante o exposto, à luz dos argumentos dispensados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul requer o arquivamento do presente inquérito policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

1ª Promotoria de Justiça de Sonora, 08 de março de 2024.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

9 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.